

PLANEJAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO E A POSIÇÃO DO
PROFISSIONAL FUNCIONÁRIO

O. Queda*

RESUMO: O objetivo deste trabalho é o de analisar a relação do profissional funcionário (agrônomo, professor, assistente social, etc.) com o processo de intervenção racional na realidade sócio-econômica, chamado planejamento sócio-econômico. Analisa a posição desse profissional funcionário, entendido como agente de mudança ou de conservação, seu conhecimento da realidade, e as opções e valores que permitem orientar a sua atuação.

Termos para indexação: planejamento sócio-econômico, profissional funcionário, agente de mudança, normas sociais, valores sociais, ideologia.

SOCIO-ECONOMIC PLANNING AND THE
PUBLIC OFFICER

ABSTRACT: The objective of the study is to analyse the relationships that the public officer (agronomist, teacher, social worker, etc.) establishes during the process of rational intervention in the socio-economic reality (process that is called socio-economic planning).

* Departamento de Economia e Sociologia Rural da E.S.A. "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo - 13.400 - Piracicaba, SP

It shows the position of this public officer as a social change agent or as social conservation agent, his knowledge about the reality, the options and the values used to orient the intervention.

Index terms: socioeconomic aspects, public officer, changing agent, social norms, social values, ideology.

O profissional funcionário pode, como indivíduo, atuar em um dos estágios do planejamento sócio-econômico. Planejamento "é, ou pelo menos deveria ser, um processo de intervenção racional na realidade sócio-econômica" (SZMRECSÁNYI, 1979). Ainda que de forma esquemática, pode-se, segundo o mesmo autor, distinguir os seguintes estágios no processo de planejamento:

"a) diagnóstico da evolução do complexo sócio-econômico (sistema, setor ou região) que se pretende influenciar (isto é, modificar ou consolidar) através do planejamento;

b) formulação de uma política de desenvolvimento para o complexo;

c) elaboração do plano propriamente dito;

d) execução do plano;

e) avaliação periódica dos resultados; e

f) progressiva reformulação do diagnóstico, da política de desenvolvimento, dos objetivos e dos instrumentos do plano" (SZMRECSÁNYI, 1979)*.

* Sobre a importância desses vários estágios, mas preferencialmente das opções presentes em todos os estágios, dos valores que estão em jogo a cada situação de trabalho, veja-se SZMRECSÁNYI (1979), especialmente o Capítulo I.

As opções e os valores do profissional funcionário, que trabalha no campo, ou seja, que opera no estágio de implementação (agrônomo, assistente social, sociólogo, professor, etc.) tornam-se uma questão crucial.

A posição do profissional funcionário no processo de intervenção desencadeado pelo planejamento é aparentemente simples. Teoricamente, sua função se resume a aplicar planos pré-estabelecidos, agir de conformidade com os planos pré-estabelecidos. Na prática, porém, a situação é bem mais complexa. É que o profissional funcionário, como indivíduo, vê-se frente a frente com uma realidade que ele não criou, mas da qual participa, e na qual - por dever de ofício - tem de intervir. Mas para intervir eficientemente ele carece: 1) de conhecimentos precisos dessa realidade, conhecimentos não apenas da situação rural em si, mas conhecimentos calcados em uma visão de conjunto, em uma perspectiva ampla que lhe permita situar os problemas que forem surgindo; 2) de valores, de critérios que o guiem em sua atuação sobre a realidade, isto é, critérios de julgamento e de comportamento.

Da mesma forma que o conhecimento pode integrar-se na cultura de uma sociedade, os valores podem, através do tempo, transformar-se em normas sociais, em instituições. Neste caso, porém, ao fixar-se no tempo e no espaço deixam de ser valores. Pois, o que caracteriza os valores como conhecimento é o fato de eles serem constantemente recriados pelos homens.

Tanto os valores como o conhecimento raramente são proporcionados aos indivíduos pelas escolas e universidades em que eles se formam. Originam-se antes do intercâmbio entre teoria e ação, estudo e prática que caracteriza (ou deveria caracterizar) a atividade racional, isto é, a intervenção na realidade. Esta nem sempre se pauta por critérios racionais, embora sempre haja possibilidades de racionalizações (ideológicas) *a posteriori*.

O que importa é: a) **sem estudo**, a prática tende a se tornar rotineira e despida de significados. Os

valores e, também, o conhecimento se transformam em reflexos e, portanto, desaparecem como valores e conhecimento, conforme a definição acima; b) sem prática, que o justifique, o estudo leva à alienação. Deste modo, os valores e, também, o conhecimento se tornam abstratos e desaparecem. Mesmo que sobrevivam à adestrção, eles acabam perdendo a relação com a realidade e deixam de ter qualquer valor teórico e prático.

Nunca é demais insistir nesse ponto, pois nem a própria atividade científica está imune ao perigo, quanto mais as atividades rotineiras do dia-a-dia.

As ciências sociais, com as quais estamos mais familiarizados e em cujos postulados se supõe que nós baseamos nossas atividades - originaram-se e têm recebido seus impulsos criadores do desejo de aperfeiçoar a sociedade, mais do que da simples curiosidade acerca das leis do seu funcionamento. No estágio inicial, pelo menos, as considerações de ordem prática prevaleceram nelas sobre as preocupações teóricas. O mesmo se deu, aliás, no campo das ciências físicas e naturais, cuja evolução foi precedida e acompanhada por uma sabedoria empírico-intuitiva milenar. Essa forma de conhecimento, hoje considerada vulgar (não científica), foi, durante muito tempo, o substrato do progresso humano. Nela (ciências sociais) o ser e o dever ser permaneciam indissoluvelmente ligados, como expressões complementares de uma mesma realidade.

A emergência e o desenvolvimento de formas de conhecimento científico cada vez mais especializados, e que coincidiram com uma crescente ampliação da intervenção econômica e política na realidade social, acabaram provocando um mascaramento dessa relação (ser e dever ser), ao tentar separar a realidade objetiva dos dados metafísicos e subjetivos, os fatos dos valores e a teoria da prática. A separação completa nunca foi conseguida e muito menos nas ciências sociais: pois a ciência pode ser "pura" com relação à prática, isto é, não envolver qualquer possibilidade de aplicação imediata, mas nunca é descomprometida com relação ao meio

em que se desenvolve.

Esse mascaramento tem tido consequências funestas, tanto para as ciências sociais em geral como para a prática social deliberada, ou seja, a intervenção racional na realidade, o campo de ação do profissional funcionário. Esta última passou a ser identificada à terapêutica dispensada pela medicina, enquanto que as ciências sociais foram, em grande parte, confinadas à tarefa de elaborar uma tecnologia que pudesse ser usada na prática.

De acordo com essa perspectiva, o problema básico já não é o de **aperfeiçoar a sociedade** (e os indivíduos que dela fazem parte), mas sim o de **conservar o seu equilíbrio**, de restabelecê-lo toda vez que isso for necessário.

Nesse sentido, o profissional funcionário pode ser encarado, direta ou indiretamente, como um instrumento de conservação do *status quo*. Isto, apesar de muitas vezes receber o título, mais honorífico do que real, de agente de mudança social: mudança, não de desenvolvimento e muito menos de progresso social.

Com efeito, sua atuação não deve ultrapassar certos limites: a mudança que ele ajuda a desencadear e a promover deve processar-se numa determinada direção, de acordo com os interesses confessados ou implícitos dos grupos dominantes da sociedade, sejam eles de caráter econômico ou político.

Os valores em que baseia sua atuação são: a) qualitativamente limitados pelas regras do jogo e b) quantitativamente mensuráveis pelos critérios de retribuição de seu trabalho.

Mudança costuma ser equiparada à procura de um novo equilíbrio, de uma nova estabilidade.

Sabemos, entretanto, graças principalmente aos ensinamentos da ciência econômica (particularmente Keynes), que a situação de equilíbrio - se é que realmente chega a existir de fato por mais de um momento - não

corresponde obrigatoriamente a uma ótima utilização e muito menos a uma ótima distribuição dos recursos disponíveis.

Em outras palavras, sabemos que pode haver equilíbrio em vários níveis e que, portanto, o equilíbrio em si não constitui necessariamente um bem a ser conservado ou procurado a todo custo. Isto é válido: a) tanto para os problemas monetários como econômicos (ausência de inflação); b) como para o balanço de forças entre nações e dentro de uma determinada sociedade; c) como ainda para a própria personalidade humana, na qual o equilíbrio pode, muitas vezes, equivaler a uma completa apatia ou a uma completa ausência de criatividade.

O equilíbrio ou a estabilidade, a harmonia, assim, na medida em que chega a ser considerada um objetivo prático, e não apenas uma construção teórica, configurará uma valoração tipicamente conservadora. Daí, para a ideologia de defesa do *status quo* vai apenas um passo.

Ao mesmo tempo, cumpre observar, têm aumentado nas ciências sociais (principalmente a partir dos escritos de Karl Marx) as dúvidas com relação à utilidade teórica da noção de equilíbrio.

Tem-se percebido, cada vez mais, que as sociedades, especialmente as sociedades modernas, industrializadas ou em vias de industrialização, tendem a transformar-se de forma acelerada e irreversível. De modo que a própria idéia de equilíbrio tem que ser reformulada a cada instante, se ainda quisermos utilizá-la com algum êxito.

Foi isto, em última análise, que veio dar origem às várias teorias de mudança social e de desenvolvimento.

Na medida em que tais teorias são científicas - e nem todas o são - elas constituem explicações válidas da realidade, sujeitas embora aos constantes ajustes reclamados pelos resultados da pesquisa empírica.

Quase todas, entretanto, possuem uma limitação

comum: a de se preocupar exclusivamente com o que é, com a realidade em si, excluídos os valores, ou seja, as considerações acerca do que o desenvolvimento ou a mudança poderia ou deveria ser.

Essas questões são deixadas pela ciência seja aos azares da prática, isto é, ao jogo das pressões por meio das quais (para citarmos o postulado marxista) as idéias dominantes são as da classe dominante, seja ao sabor de uma reflexão filosófica, nem sempre preparada para a tarefa e, muitas vezes, até pouco desejosa de empreendê-la. Pois, afinal, uma filosofia contemplativa costuma ser mais cômoda do que uma filosofia de ação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia*; introdução à sociologia do conhecimento. Porto Alegre, Globo, 1950. 310p.
- MILLS, C.W. *Imaginação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965. 246p.
- SZMRECSÁNYI, T. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)*. São Paulo, Hucitec, 1979. 540p.

Entregue para publicação em: 18/03/88

Aprovado para publicação em: 08/04/88.